



Número: **0808918-72.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **28/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JHONSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA (AUTOR)		CAIO CESAR ALBUQUERQUE DE PAIVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43500422	28/05/2019 20:12	01. Documentos	Documento de Comprovação
43500423	28/05/2019 20:12	02. Requerimento Administrativo	Documento de Comprovação
43548729	06/06/2019 11:56	Despacho	Despacho
45119476	25/06/2019 13:35	Citação	Citação



Caio César Albuquerque de Paiva
OAB/RN 10.407

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S): I JHONSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA nacionalidade brasileiro(a), estado civil solteira (a), profissão autônomo, portador(a) da cédula de identidade RG nº 002.927.918 inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 094.376.794-60, residente e domiciliado(a) na Rua Luiz Nicodemos Figueiredo, Nº 114, Bairro: Integração MOSSORO/RN, CEP 59621-670

OUTORGADOS: Caio César Albuquerque de Paiva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº. 10.407, com endereço profissional onde recebem notificações e intimações na Rua Pedro Velho, 119, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.

PODERES: Poderes: Confere (em) amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com as cláusulas "ad judicium" e "et extra", a fim de que, em conjunto ou separadamente, possa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive, requerer falência e concordata, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber alvará, apresentar e ratificar queixas-crimes, propor quaisquer ações, defender-me (nos) nas que (me) (nos) forem propostas, cíveis ou penais, reconvir, promover quaisquer medidas cautelares, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrolar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber e dar quitação, firmar compromissos, requerer abertura de inventário ou arrolamentos, requer justiça gratuita, assinar termo de compromisso de inventariante, de renúncia, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor (es) ou reclamante(s) e defendendo-o(s), na condição de reclamada(s) bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e valioso.

Mossoró/RN, 22 de Janeiro de 2013.
Jhonson Mikarlos de Sousa Mota
Outorgante

Rua Pedro Velho, 119, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.
Caio Paiva (84) 98838-4168 / 99808-3758 – E-mail: caioapaiva05@hotmail.com

DECLARAÇÃO DE INSUFICIENCIA E RECURSOS

I JHONSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA nacionalidade brasileiro(a), estado civil solteira (a), profissão autônomo, portador(a) da cédula de identidade RG nº 002.927.918 inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 094.376.794-60, residente e domiciliado(a) na Rua Luiz Nicodemos Figueiredo, Nº 114, Bairro: Integração MOSSORO/RN, CEP 59621-670

DECLARO, nos termos da Lei 1.060/50, para os devidos fins, que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem prejuízo do sustento meu e de minha família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Jhonson M. de Sousa Mota, 24 de junho de 2013

Jhonson Mikarlos de Sousa Mota

INSTRUÇÕES
SEGURANÇA
UPGN-GANDEIAS 4º Trimestre

LEI Nº 7.166 DE 29/05/83

Assessoria Jurídica

25. VIA

CPF 094.376.794-60

MOSSORO RN-4 CARTÓRIO

CERT. DE NASCIMENTO L-AL13 F-34 RG-84591

29/05/1992

DATA DE NASCIMENTO

MOSSORO RN

DOC. ORIGINAL

MARLUZA DE SOUSA SILVA

JOSE GOMES DA MOTA

FILIAÇÃO

JOHNSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA

REGISTRO

GENL

002.927.918

DATA DE EXPEDIÇÃO 26/04/2010

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

JOHNSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

094.376.794-60

JOHNSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA

29/05/1992

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

JOHNSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF

002927918 SSP RN

CPF

094.376.794-60

DATA NASCIMENTO

29/05/1992

RELACÃO

JOSE GOMES DA MOTA

MARLUZA DE SOUSA SILVA

PERMISSÃO

ACC

CALHAS

AB

Nº REGISTRO

06011764251

VALIDADE

08/01/2019

1ª HABILITAÇÃO

27/02/2014

OBSERVAÇÕES

EXERCE ATIV REMUNERADA;

ASSINATURA DO PORTADOR

JOHNSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA

LOCAL

MOSSORO, RN

DATA EMISSÃO

02/03/2019

ASSINATURA DO EMISSOR

45679400402

RN702152382

DETRAN - RIO GRANDE DO NORTE

INSTRUÇÕES
SEGURANÇA
UPGN-CADEIAS 4º Trimestre

LEI Nº 7.489/83

Assinatura: *Johnson Mikarlos de Sousa Mota*

2ª. VIA

CPF 094.376.794-60

MOSSORO RN-4 CARTÓRIO

CERT. DE NASCIMENTO L-A113 F-34 RG-84591

29/05/1992

MOSSORO RN

DOC. CIVIL

NATURALIDADE

MARLUZA DE SOUSA SILVA

JOSE GOMES DA MOTA

FILIAÇÃO

JOHNSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA

REGISTRO GERAL

002.927.918

DATA DE EXPEDIÇÃO 26/04/2010

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

Johnson Mikarlos de Sousa Mota

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

094.376.794-60

Nome

JOHNSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA

Nascimento

25/05/1992

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

JOHNSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF

002927918 SSP RN

CPF

094.376.794-60

DATA NASCIMENTO

29/05/1992

FILIAÇÃO

JOSE GOMES DA MOTA

MARLUZA DE SOUSA SILVA

PERMISSÃO

ACC

CAT. AB

Nº REGISTRO

06011764251

VALIDADE

08/01/2019

1ª HABILITAÇÃO

27/02/2014

OBSERVAÇÕES

EXERCE ATIV. REMUNERADA:

ASSINATURA DO TITULAR

Johnson Mikarlos de S. Mota

LOCAL

MOSSORO, RN

DATA DA EMISSÃO

12/03/2018

Nº DE HABILITAÇÃO

958105060

ASSINATURA DO EMISSOR

958105060

NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA
DO RIO GRANDE DO NORTE
RUA MEKMUZ, 150, BALDU,
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE
CEP 59025-250
CNPJ 08.324.150/0001-61
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0



www.cosern.com.br

Tarifa Social de Energía Eléctrica - Lei 10.438, de 26/04/02

Ligações Gratuitas:

-TELEATENDIMENTO COSERN: 116

-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 481 0742

-Ouvidoria 0800 084 0404

Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte

AKSEP: 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de telefones fixos

Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL 167

Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE MARLUZA DE SOUSA SILVA CPF: 722.471.854-87		DATA DE VENCIMENTO 28/03/2019 TOTAL A PAGAR (R\$) 36,63		DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 21/03/2019 DATA DA APRESENTAÇÃO 21/03/2019 NÚMERO DA NOTA FISCAL 021534222 Série: U		CONTA CONTRATO 007003360649 Nº DO CLIENTE 3810318474 Nº DA INSTALAÇÃO 0000477312	
ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA RUA LUIZ NICODEMOS FIGUEIREDO 114 INTEGRAÇÃO ABOLICAO/AREA URBANA 59616-420 MOSSORO RN		CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL Monofásico					
As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram a disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.cosem.com.br		RESERVADO AO FISCO 722.471.854-87 007003360649 0000477312					

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	138,00	0,63708758	87,91
Contrib. Sum. Pubblica Municipal			1,20
Multa por atraso-NF 018522922 - 21/01/19			1,24
Juros por atraso-NF 018522922 - 21/01/19			0,88
Atualização IGPM-NF 018522922 - 21/01/19			0,70

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
000000000000030270	CAT	19/03/2019	9.617,00	21/03/2019	9.755,00	30	1,00000	0,00	138,00

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
jan/2019					
DIC-Node horas sem Energia	MOSSORO III	0,00	5,07	10,15	20,30
FIC-Node vezes sem Energia		0,00	3,23	5,47	12,05
DMIC-Desvios totais de Interrupção contínua		0,00	3,96	6,60	0,00
DICRI-Duração de Interrupção em dia crítico				Limite DICRI: 12,22	
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 32,73					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo					

NÍVEIS DE TENSÃO	
TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)
	MÍNIMO MÁXIMO
220	202 231
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA	

DESTAQUE AQUI				
CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
007003360649	03/2019	98.69	28/03/2019	

838500000008 986900384071 003360649208 011533299638



Evite dobrar, perfurar ou rasgar.
Este canhoto será usado em leitora ótica.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESED
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPO
DIRETORIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR - DPCIN
2ª Delegacia Regional de Polícia - Mossoró - RN
Delegacia Plantonista

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 536/2015

NATUREZA POLICIAL: **ACIDENTE DE TRÂNSITO.**

LOCAL: **Rua São Jerônimo, Mossoró/RN.**

DATA DO FATO: **11/03/2015.** HORA: **por volta das 07h00min.**

COMUNICANTE: JHONSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA, brasileiro, portador do RG nº 2927918/SSP/RN, nascido aos 29.05.1992, natural de Mossoró/RN, filho de Jose Gomes da Mota e de Marluza de Sousa Silva, residente na Rua Luiz Nicodemos Figueiredo, nº 114, (Integração) Abolição, Mossoró/RN, telefone: 84-8721.6342.

VÍTIMA: O COMUNICANTE.

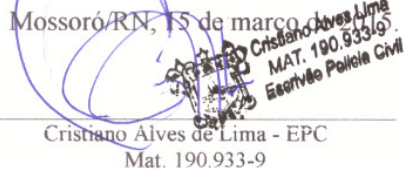
ACUSADO:

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA: Informa o comunicante que na data e horário supramencionado, trafegava pela via acima pilotando a motocicleta HONDA/CG 150 FAN ESDI, de cor vermelha, ano e modelo 2014, de placa OJV9792/Mossoró/RN, chassi 9C2KC1680ER497551, RENAVAM 01000594405, licenciada em nome Jhonatan Mikael de Sousa Mota, seguindo de sua residência com destino ao seu local de trabalho, quando foi surpreendida por um buraco sobre a via, ao tentar livrar o buraco foi fechado por um moto taxista fazendo-lhe perder o controle da motocicleta que pilotava, caindo violentamente contra o chão, sendo socorrido ao U.P.A. Conhecita Ciarlini no bairro Santo Antônio, nesta cidade de Mossoró/RN, apresentando as lesões descritas no Boletim de Atendimento Médico exibido neste momento.



OBSERVAÇÃO: As informações prestadas são de inteira responsabilidade do comunicante.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Entrega da via ao comunicante e encaminhamento da cópia à delegacia competente.


Assinatura do (a) comunicante

Mossoró/RN, 15 de março de 2015.

Cristiano Alves de Lima - EPC
Mat. 190.933-9

PRESTADIA INDOE/4X 3232-2887

		Estado do Rio Grande do Norte Nº 4.322-2887 Prefeitura Municipal de Mossoró Secretaria Municipal da Saúde		 SUS Sistema Único de Saúde	
FICHA DE ATENDIMENTO E URGÊNCIA				Unidade: <u>UPA CC</u>	
DADOS DO PACIENTE/USUÁRIO/Nº REGISTRO: <u>DN 29.05.92</u>				Atendimento Nº: <u>130565</u>	
Nome: <u>Thaíson Nogueira de Sousa Neto</u>		Idade: <u>22</u>		Sexo: <u>M</u>	
Cartão SUS:		Nome da Mãe: <u>Márcia de Sousa Silva</u>		Profissão:	
Endereço (Rua/Av.): <u>Rua Tucacóides</u>				Nº: <u>114</u>	
Bairro: <u>Conf. Integridade</u>		Cidade:		Estado:	
Clínica:		Data: <u>14.03.15</u>		Hora: <u>07:18</u>	
Motivo da Procura:			Rubrica Servidor: <u>Polícia</u>		
Assinatura do Paciente:					
ACOLHIMENTO:					
() Emergência () Urgência () Não Urgência () Acidente de Trabalho () Acidente de Trânsito					
Acolhimento com classificação de risco:					
Queixa:					
Antecedentes Alérgicos:					
HAS () DM ()		Assinatura:		Classificação:	
ANAMNESE:					
<u>Paciente, Thaíson Nogueira de Sousa Neto, 22 anos, masculino, branco, brasileiro, solteiro, residente em Rua Tucacóides, nº 114, bairro Conf. Integridade, cidade de Mossoró, RN.</u>					
EXAME FÍSICO:					
Peso: _____ Temperatura: _____ F.C.: _____ PA: _____ F.R.: _____ Glasgow: _____					
SpO2: _____ HGT: _____					
<u>Paciente em boas condições físicas, sem alterações.</u>					
EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS:					
() Laboratório:					
() Radiológico:					
() ECG () Outros					
Hipótese do Diagnóstico: <u>Acidente de Trânsito</u>					CID:
Conduta: () Medicação () Observação () Laudo para AIH					Médico: (Carimbo e Assinatura)
Saída Data/Hora: _____ / _____ / _____ às _____ h. () Alta referido para UBS () Óbito					Dr. Victor Costa Médico CRM 7174
() Outra Unid. Urgência () Especialidade					
() Internação no Hospital:					

Exatidão das informações - Walter

① Dubois e Carlos de Lencastre

② Pessoa de

Dr. Victor Costa
Médico
CRM/RN 7179

mina 500680
04:40

112 Oliveira Junior
Assistente Social
CRESS/RN 1738

Emitido Declaração

SINISTRO 3160134322 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JHONSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO UNIÃO SEGURADORA S/A-VIDA E PREVIDÊNCIA-Filial Curitiba-PR

BENEFICIÁRIO JHONSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA

CPF/CNPJ: 09437679460

Posição em 27-01-2018 22:55:24

Seu pedido de indenização foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0808918-72.2019.8.20.5106

AUTOR: JHONSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, "além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo", determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo "PJE CEJUSC DPVAT", para os colimados fins.

Perfeitibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

.

Mossoró/RN, 5 de junho de 2019.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0808918-72.2019.8.20.5106

AUTOR: JHONSON MIKARLOS DE SOUSA MOTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, "além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo", determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo "PJE CEJUSC DPVAT", para os colimados fins.

Perfeitibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

.

Mossoró/RN, 5 de junho de 2019.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)